

A RECONSTRUÇÃO EUROPÉIA DO PÓS-II GUERRA E A NOVA ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL

EUROPEAN RECONSTRUCTION AFTER WORLD WAR II AND THE NEW INTERNATIONAL ECONOMIC ORDER

Fernando Augusto Mansor de MATTOS¹

RESUMO

Este artigo visa discutir as questões econômicas e políticas que delimitaram as conversações da Conferência de Bretton Woods, que definiu os marcos institucionais de funcionamento da economia internacional depois da II Guerra Mundial. A atuação dos EUA e o papel desempenhado pelo Plano Marshall merecem destaque especial. Ao final do artigo, são apontadas as condições que permitiram à economia mundial adentrar uma fase de grande prosperidade econômica, denominada pela literatura de Anos Dourados do Capitalismo.

Palavras-chave: *Anos Dourados do Capitalismo, Conferência de Bretton Woods, Plano Marshall.*

ABSTRACT

This article intends to discuss the political and economic issues involved in the Bretton Woods Conference, which defined the institutional aspects of functioning of the international economy after World War II. The USA actions and the role played by the Marshall Plan deserve special attention. Conclusions highlight the particular conditions that allowed the world economy to enter a period of great economic prosperity (the so-called Golden Age of Capitalism).

Key words: *Golden Age of Capitalism, Bretton Woods Conference, Marshall Plan.*

⁽¹⁾ Doutor em Economia pelo Instituto de Economia (IE) da UNICAMP e professor da FACECA. Este ensaio corresponde a uma parte, ligeiramente modificada, do primeiro capítulo da tese de doutoramento do autor, intitulada "Transformações nos mercados de trabalho dos países capitalistas desenvolvidos a partir da retomada da hegemonia americana".

"Ideas, knowledge, science, hospitality - these are things which should of their nature be international. But let goods be homespun whenever it is reasonably and conveniently possible, and, above all, let finance be primarily national."

(John Maynard Keynes, Collected Writings, XXI, p.236).

O objetivo deste ensaio é discutir os aspectos políticos e econômicos envolvidos na construção da nova ordem financeira internacional do imediato pós-guerra, que teve, na conferência de Bretton Woods, seu marco inicial. Na primeira parte, apresentamos uma breve retrospectiva histórica do cenário em que se desenvolveram as conversações de Bretton Woods; na segunda parte, ressaltamos o contexto em que foi concebido o Plano Marshall, destacando seu papel para estimular a reconstrução econômica europeia e os interesses representados pela atuação dos EUA naquele momento histórico. No final, tecemos breves considerações a respeito das condições que foram então criadas para a constituição do período de prosperidade econômica, que marcou os 25 anos do capitalismo do pós-guerra (os chamados Anos Dourados do capitalismo²).

1. A CONFERÊNCIA DE BRETTON WOODS

O cenário europeu do imediato pós-guerra era desesperador: milhões de mortos³, fome e

miséria disseminadas, desemprego elevado e uma grande destruição material⁴. A infraestrutura estava destruída na maioria dos países, dificultando ou mesmo impedindo totalmente, em muitos casos, as atividades de transportes e de comunicações. Em termos econômicos, além das dívidas de guerra acumuladas, os países europeus enfrentavam dificuldades insanáveis para retomar as atividades industrial e agrícola e ainda conviviam com uma inflação ascendente (Van der Wee, 1987).

Os terríveis resultados da Segunda Grande Guerra e a lembrança dos anos da Depressão do entre-guerras deixaram como legado a certeza, nos meios políticos, diplomáticos e acadêmicos, de que uma nova ordem mundial tinha de ser construída para que, no pós-guerra, não se repetissem as mazelas que tinham assolado o mundo na primeira metade do século XX⁵ (a chamada "Era da Catástrofe", segundo Hobsbawm (1995)).

É nesse contexto que, em julho de 1944, reuniram-se representantes de 44 países em Bretton Woods (New Hampshire, EUA) para elaborar as regras de funcionamento da economia mundial do pós-guerra. As negociações de Bretton Woods representaram o triunfo dos

⁽²⁾ A literatura de origem anglo-saxã denomina este período de "Golden Age" e o delimita entre 1948 e 1973. Na literatura de origem francesa, normalmente se considera um período um pouco mais amplo, batizando-o de "Os trinta anos gloriosos". Independentemente da denominação, deve-se destacar que se tratou de um período de excepcional crescimento econômico e também de melhoria sem precedentes do perfil de distribuição de renda na História do capitalismo.

⁽³⁾ Van der Wee (1987) cita publicações que estimaram em 45 milhões o número de mortos na Europa.

⁽⁴⁾ Van der Wee (1987) lembra que na Alemanha cerca de 40% das residências tinham sido destruídas ou severamente atingidas, sendo que na Inglaterra e na França o número de ocorrências desse tipo de destruição era de 30% e 20%, respectivamente.

⁽⁵⁾ Mikesell (1995), na condição de participante e de observador privilegiado da Conferência de Bretton Woods, retrata de forma bastante clara quais as circunstâncias que animavam os protagonistas dessas negociações: "O tempo de guerra não é certamente o melhor momento para implementar planejamento de longo alcance para o mundo do pós-guerra. Os líderes políticos estão totalmente ocupados com os problemas econômicos, políticos e militares relacionados aos objetivos de vencer o conflito. Não obstante, existiu um amplo consenso durante a ocorrência do conflito a respeito da importância em evitar os erros que haviam contribuído para deflagrá-lo. Nos EUA, condições econômicas como as da depressão mundial dos anos 30, as dificuldades geradas pelas restrições ao comércio internacional e aos arranjos monetários do entre-guerras, e o legado das dívidas não pagas da I Guerra Mundial foram tomados como fatores que contribuíram decisivamente para as agressões perpetradas pelos japoneses e pelos alemães e pela ausência de ações coletivas destinadas a preveni-las." (p.4).

mecanismos de coordenação e planejamento⁶ sobre os ideais de *laissez-faire*⁷, que tinham sido hegemônicos até o período da Grande Depressão do entre-guerras.

A Conferência de Bretton Woods foi presidida por John Maynard Keynes, que atuou também como representante do governo da Grã-Bretanha. O representante dos EUA foi H. Dexter White⁸, o principal assessor técnico do Secretário do Tesouro dos EUA, Henry Morgenthau. O principal ponto a unir as concepções de Keynes e White era, fundamentalmente, o reconhecimento da falência das forças de livre mercado em sustentar o crescimento econômico (Belluzzo, 1995) e, portanto, a necessidade de criação de uma nova ordem financeira internacional que pudesse disciplinar os movimentos de capitais, a paridade entre as moedas e os fluxos internacionais de bens (e serviços). Os mecanismos criados deveriam evitar os dois principais efeitos disruptivos da ordem econômica mundial vigente no entre-guerras: a extrema mobilidade de capitais entre os países e a adoção de recorrentes desvalorizações cambiais competitivas como recurso desesperado de defesa contra a depressão econômica que se abatera sobre a maioria deles nas décadas de 20 e de 30⁹. Comentando os planos propostos por

Keynes e por White, Van der Wee (1987) exprime os marcos mais gerais que estavam colocados naquele momento histórico:

“Os planos estavam de acordo em relação a certos pontos básicos. A estabilidade das economias domésticas deveria ser fortalecida e para tanto uma certa dose de controle monetário por parte dos governos sobre a vida econômica nacional era considerada necessária. Essa atenção especial com a economia nacional implicava que a economia mundial deveria a partir de então ser menos aberta. Isso significava que um certo controle nacional seria necessário e que uma certa soberania nacional em assuntos monetários deveria ser aceita. Os autores consideravam indesejável que um país em particular assumisse a soberania internacional e ao invés disso propunham uma cooperação internacional dentro dos marcos de uma instituição supranacional.” (p.426)

White propôs a constituição de um Banco Internacional e de um Fundo de Estabilização que deveriam ter papel destacado na concessão de crédito aos países membros e sugeriu medidas para que o ajuste dos países com Balanço de

⁽⁶⁾ Hobsbawm (1995) lembra que “... por diversos motivos, os políticos, autoridades e mesmo muitos homens de negócios do Ocidente do pós-guerra se achavam convencidos de que um retorno ao *laissez-faire* e ao livre mercado original estava fora de questão. Alguns objetivos políticos - pleno emprego, contenção do comunismo, modernização de economias atrasadas, ou em declínio, ou em ruínas - tinham absoluta prioridade e justificavam a presença mais forte do governo. Mesmo regimes antes dedicados ao liberalismo econômico e político podiam agora, e precisavam, dirigir suas economias de uma maneira que antes seria rejeitada como ‘socialista’.” (p.267/8)

⁽⁷⁾ É interessante registrar um comentário de Hobsbawm (1995), a respeito dos que ainda defendiam as idéias do liberalismo econômico nos anos 40. Referindo-se aos liberais, o autor ilustra como estava em baixa a ideologia do *laissez-faire* naqueles anos: “Eram verdadeiros crentes da equação ‘Livre Mercado=liberdade do indivíduo’, e conseqüentemente condenavam qualquer desvio dela, como, por exemplo, *A Estrada para Servidão*, para citar o título do livro de Hayek publicado em 1944. Tinham defendido a pureza do mercado na Grande Depressão. Continuavam a condenar as políticas que faziam de ouro a Era de Ouro, quando o mundo ficava mais rico e o capitalismo (acrescido do liberalismo político) tornava a florescer com base na mistura de mercados e governos. Mas entre a década de 1940 e a de 1970 ninguém dava ouvidos a tais Velhos Crentes.” (p.266).

⁽⁸⁾ White era um dos mais importantes e entusiasmados representantes do grupo de New Dealers.

⁽⁹⁾ Esse período foi marcado pela dificuldade em se definir um sistema monetário internacional que fosse capaz de superar os terríveis problemas econômicos que se abateram sobre as principais economias capitalistas: a depressão da atividade econômica, a hiperinflação (em alguns países) e a ausência de um padrão monetário que pudesse restabelecer a capacidade dos Estados Nacionais de realizar política econômica.

Pagamentos deficitário pudesse ser feito de maneira gradual¹⁰. Essas propostas evidentemente se chocaram com os interesses de Wall Street, que ostentava posição hegemônica em relação à movimentação de recursos financeiros na economia internacional.

Keynes defendia a criação de uma espécie de “Banco Central dos bancos centrais” (Belluzzo, 1995), o Clearing Union, que seria responsável pela emissão de uma moeda de referência internacional (o *bancor*). Além disso, o representante britânico apregoava a necessidade de provisão de recursos em escala suficiente para dotar os países membros de condições de formular políticas econômicas que conduzissem ao pleno emprego. Com esse mesmo objetivo, Keynes propunha, ainda, que os países superavitários e os deficitários repartissem os ônus incorridos nos ajustes de balanço de pagamentos destes últimos, para evitar que políticas deflacionárias pudessem espalhar efeitos depressivos por toda a economia mundial.

É desnecessário ressaltar que as propostas de Keynes foram prontamente rechaçadas pelos EUA, que emergiram da guerra como credores de praticamente todos os países aliados e, além disso, detinham o poder de emissão da moeda de curso internacional - importante instrumento de sua hegemonia sobre as demais nações do globo.

A oposição dos banqueiros de Wall Street era óbvia, por temerem que seu poder de financiamento da economia mundial fosse relativamente (ou totalmente, segundo alguns

mais recalcitrantes) diminuído. Os banqueiros tendiam a pleitear o restabelecimento do padrão ouro. As palavras de Block (1977) explicam o interesse de Wall Street pelo padrão ouro:

“(...)o Plano Williams¹¹ era uma exortação ao restabelecimento do padrão-ouro. Refletia os interesses dos banqueiros internacionais norte-americanos que se opunham à proposta de criação do FMI, não porque a considerasse ineficaz, mas porque temiam que fosse demasiadamente eficaz. Os banqueiros internacionais se opunham à insistência keynesiana na expansão econômica porque consideravam que ela seria inflacionária. Preferiam a disciplina imposta pelo padrão-ouro e temiam que o acesso aos recursos do fundo destruísse essa disciplina para sempre. Os banqueiros internacionais não queriam um retorno às condições de depressão internacional, mas acreditavam que isso poderia ser evitado sem grandes esforços por parte dos governos ou de agências internacionais. Temiam que a extensa intervenção governamental, nacional ou internacional, eliminasse o papel que historicamente haviam desempenhado os banqueiros internacionais privados.” (p.88)

O contexto social e político vigente no pós-guerra impediram que as propostas da elite financeira internacional (umas das raras vozes a defender, então, a retomada do *laissez-faire*) fossem contempladas em sua totalidade. Mas

⁽¹⁰⁾ Uma diferença fundamental entre as propostas de White e as de Keynes era que, para White, o ajuste do balanço de pagamentos dos países deficitários caberia somente a eles, sem o envolvimento direto dos países superavitários. A provisão de liquidez por parte do Fundo de Estabilização deveria ser submetida à aprovação dos principais países membros (o que, na prática, significava que os EUA é que deveriam aprovar a concessão desses recursos, pois eram o país a fornecer a maior parcela das reservas que constituiriam este Fundo). Essa divergência entre as proposições de White e Keynes refletia o fato de que a Inglaterra saía da guerra com enormes dívidas acumuladas (especialmente com os EUA), enquanto os EUA ostentavam posição superavitária.

⁽¹¹⁾ John Williams era um professor de Harvard e vice-presidente do Banco da Reserva Federal de Nova Iorque e um dos principais críticos do arranjo institucional que deu origem ao FMI. Críticos como ele ganharam força em certo momento, especificamente no imediato pós-guerra, quando o sistema que definiu o FMI não logrou obter sucesso em resolver os problemas econômicos mais urgentes dos países europeus. O FMI não tinha sido criado com recursos suficientes para financiar a reconstrução e para criar condições para fazer os países abandonarem seus controles de câmbio. O Plano Williams representava uma proposta que atendia fundamentalmente aos interesses materializados em Wall Street.

os interesses representados dentro do Congresso americano, além do fortalecimento da hegemonia internacional dos EUA ao apagar das luzes do grande conflito bélico, foram decisivos para que as propostas inicialmente formuladas por Keynes e por White tivessem sido contempladas apenas em parte quando comparadas aos resultados finais definidos pela Conferência¹².

De qualquer forma, as propostas de White, embora tenham sido adotadas apenas em parte, sobrepujaram as de Keynes, especialmente no que se referem aos ônus assumidos pelos países deficitários. A predominância das sugestões de White refletia a hegemonia americana naquele momento histórico crucial. Dessa maneira, uma vez encerradas as reuniões de Bretton Woods, o FMI surgia com poderes bastante manietados pelo Federal Reserve Bank¹³ e com uma provisão de capitais bastante inferior à que havia sido sugerida por Keynes no início das conversações.

Deve-se destacar, contudo, que o Acordo de Bretton Woods construiu um notável arcabouço institucional que, dentro das condições históricas e políticas dos anos que a ele se seguiram, permitiu desobstruir o fluxo

internacional de mercadorias, através da eliminação de medidas protecionistas entre os países. Isso foi possível, pois, a partir de então, estavam definidas regras de ajuste de balanços de pagamentos através de transferência de recursos por parte do FMI, ficando formalmente proibidas as medidas protecionistas em relação às transações comerciais entre os países.

Para a consolidação da ordem econômica internacional do pós-guerra foi fundamental a determinação de paridade fixa entre o dólar e o ouro (taxa de US\$ 35 por onça de ouro) e também de paridades fixas entre as principais moedas nacionais e o dólar, embora deixasse aberta a possibilidade de variações unilaterais (na faixa de 1% para cima ou para baixo) das taxas de câmbio entre a moeda nacional e o dólar. A desvalorização acima de 1%, desde que não excedesse 10%, era permitida se comunicada formalmente ao Fundo¹⁴ (Gonçalves et alli, 1998). Em último caso¹⁵, uma desvalorização acima de 10% deveria passar pelo crivo dos principais membros do Fundo (leia-se, principalmente, EUA¹⁶). Essas regras garantiram uma certa estabilidade cambial no cenário internacional

⁽¹²⁾ Belluzzo(1995) aponta um desvio fundamental entre a concepção inicial e o resultado final de Bretton Woods: "O enfraquecimento do Fundo, em relação às idéias originais, significou a entrega das funções de regulação de liquidez e de prestador de última instância para o Federal Reserve. O sistema monetário e de pagamentos que surgiu do Acordo de Bretton Woods foi menos "internacionalista" do que desejariam os que sonhavam com uma verdadeira "ordem econômica mundial". O problema do FMI não é seu poder excessivo, mas sua deplorável submissão ao poder e aos interesses dos Estados Unidos." (p.13)

⁽¹³⁾ É curioso constatar, hoje, que Wall Street, por ocasião das conversações em Bretton Woods, colocara-se frontalmente contrária à inclusão dos Estados Unidos no Fundo Monetário Internacional. A objeção dos banqueiros não foi suficiente para impedir que os acordos de Bretton Woods que criaram o FMI e o Banco Mundial fossem aprovados pelo Congresso americano. Entretanto, os EUA conseguiram, segundo Moffitt(1984), que "o real poder de decisão ficasse, em ambas as instituições (FMI e Banco Mundial), a cargo do Conselho Executivo - no qual o diretor-executivo americano tinha poder de veto - em vez de ser delegado a funcionários internacionais. O direito a votos nos Conselhos tanto do FMI quanto do Banco Mundial foi distribuído de forma a permitir que o diretor-executivo americano pudesse vetar qualquer medida política importante, um privilégio que os Estados Unidos ainda mantêm."(p.24) Através de uma crescente influência sobre os sucessivos diretores-executivos dessas instituições, os banqueiros de Wall Street puderam fazer com que as mesmas passassem a atender aos seus interesses, afastando-as das funções para as quais elas haviam inicialmente sido concebidas.

⁽¹⁴⁾ Eichengreen (1996) ressalta, porém, que a aprovação do Fundo não estava, nesse caso, inicialmente garantida.

⁽¹⁵⁾ Em caso de "desequilíbrio fundamental" no balanço de pagamentos, o país poderia ser autorizado, pelo FMI, a alterar sua paridade cambial. Essa condição, porém, jamais foi bem delineada nos acordos que deram origem ao Fundo, conforme lembra Mikesell (1994) : "a justificativa para uma mudança da paridade cambial de um país membro era a condição de "desequilíbrio fundamental" no seu balanço de pagamentos. Havia alguma discussão a respeito do significado de desequilíbrio fundamental, mas os funcionários do Tesouro (americano) não propuseram nem uma definição precisa nem uma fórmula para calculá-lo. Na verdade, o desequilíbrio fundamental jamais foi definido." (p.18)

⁽¹⁶⁾ Eichengreen (1996) lembra que, no caso de uma desvalorização cambial acima de 10%, era necessária a aprovação de três quartos dos votos do Fundo, o que seria impossível sem o consentimento dos Estados Unidos.

(pelo menos durante a década de 50), atendendo aos principais objetivos propostos nas reuniões de Bretton Woods. Sobre isso, vale citar os comentários de Marglin (1990): "a idéia era manejar um meio termo entre a excessiva rigidez do padrão-ouro e a excessiva incerteza do regime de taxas flutuantes." (p.9). Ou seja, contrariamente ao período anterior à guerra (vigência do padrão-ouro), estava sendo construído um regime cambial de paridades pré-estabelecidas, embora sem uma submissão granítica a uma taxa fixa que poderia gerar limites muito rígidos à expansão da atividade econômica e do pleno emprego¹⁷. É bem verdade que a proposta inicial de White era por uma paridade cambial fixa¹⁸, mas a mesma acabou sendo vencida por uma proposta mais flexível nas paridades cambiais, justamente porque a insuficiente dotação de recursos à formação do Fundo exigia que houvesse maior raio de manobra para os países enfrentarem eventuais déficits de balança de pagamentos utilizando-se de mudanças na paridade cambial. Eichengreen (1996) sublinha que, além de inviabilizar a celebração de uma regra fixa para as paridades cambiais, a exígua dotação de recursos ao FMI (definida por quotas, entre os países, que totalizavam apenas US\$ 8,8 bilhões¹⁹) tornava necessário o estabelecimento de controles mais

rígidos para a movimentação do capital internacional (idéia à qual White originalmente se opunha). O controle da movimentação de capitais seria, então, um recurso fundamental para evitar o surgimento de problemas nos balanços de pagamentos dos países, situação que, dependendo da profundidade e extensão internacional, não poderia ser revertida por um Fundo com o modesto aporte de recursos que havia sido definido em Bretton Woods.

A sugestão de Keynes de criação de uma moeda internacional não foi aceita. A moeda americana emergiu do Acordo de Bretton Woods com a dupla função de moeda de crédito (fornecendo liquidez para a atividade econômica internacional) e de referência de valor para as reservas monetárias mantidas pelos países. Do cumprimento bem-sucedido dessa dupla função do dólar dependiam os principais objetivos das medidas tomadas em Bretton Woods: ampliar o comércio internacional, manter uma referência monetária internacional e, em última instância, permitir a reconstrução dos países cujos territórios tinham sido mais diretamente atingidos pelo conflito, pois os acordos permitiam a criação de mecanismos para investimento de longo prazo (através do Banco Mundial)²⁰.

(17) Van der Wee (1987) aponta os limites impostos à manipulação da paridade cambial estabelecida em Bretton Woods em relação aos objetivos de pleno emprego: "O Acordo de Bretton Woods confirmou a importância dos objetivos econômicos domésticos de pleno emprego e de crescimento de rendimentos, mas rejeitou a idéia de que manipulações autônomas de paridades cambiais deveriam ser utilizadas como instrumento principal para obtê-las. Ao invés disso, o princípio de relativa rigidez passou a ser aceito. Ou seja, as taxas de câmbio eram fixas mas de tempos em tempos, sob certas condições, poderiam ser ajustadas." (p.429)

(18) Os americanos insistiam na paridade cambial fixa, pois avaliavam que a sua eventual não-adoção poderia provocar turbulências no sistema monetário internacional e, conseqüentemente, prejudicar a retomada do comércio mundial, que era para eles o principal objetivo da ordem econômica que estava sendo construída para o pós-guerra. As reminiscências das práticas de desvalorizações cambiais competitivas do entre-guerras, sem dúvida, foram decisivas para a consolidação dessa postura americana.

(19) A proposta de Keynes era de dotar US\$ 26 bilhões para formar o Fundo, enquanto White sugeria apenas US\$ 5 bilhões. O valor finalmente definido, portanto, estava bem mais próximo do proposto por White e refletia a assimetria entre o poder de barganha dos britânicos e o dos americanos.

(20) Sobre a realidade monetário-financeira desse período, Moffitt (1990) assinala que "o sistema ouro-dólar era claramente superior ao clássico padrão-ouro pois, ao contrário do ouro, dólares podiam ser criados para expandir o comércio mundial. Dólares emigravam dos Estados Unidos em grandes somas para financiar bases militares, programas de ajuda, investimentos no exterior de empresas americanas e empréstimos a bancos estrangeiros. O dólar era considerado "tão bom quanto o ouro" por homens de negócios e governos. Ao comprar ou vender no mercado mundial, a União Soviética utilizava dólares. A maioria dos países usava dólares para suas reservas de moeda estrangeira." (p.27)

2. PLANOMARSHALL: CONTEXTO POLÍTICO E CONTEXTO ECONÔMICO

No imediato pós-guerra, o cenário econômico internacional mostrava um quadro de enorme pessimismo (Hobsbawm, 1995) e uma acentuada escassez de dólares²¹. É nesse contexto que surgiu um importante fator de estímulo ao crescimento da economia mundial, que veio “de fora” dos mecanismos concertados em Bretton Woods. Tratava-se do Plano Marshall, cuja implementação só pôde ocorrer por causa dos determinantes políticos internacionais estabelecidos pela Guerra Fria. O intenso crescimento econômico dos países comunistas²², a ascensão política de partidos e movimentos sociais de esquerda na Europa (e até nos EUA) e a simpatia que a URSS despertava em amplas parcelas da população dos países aliados por causa de seu desempenho na II Guerra criaram um clima político favorável à aprovação, pelo Congresso dos EUA, de uma ajuda financeira substancial²³ para a reconstrução da Europa Ocidental (Foreign Affairs, 1997).

Os interesses dos americanos em elaborar e em implementarem um plano de reconstrução podem ser apreendidos de forma inequívoca pelas palavras do próprio General Marshall²⁴, secretário de Estado americano, em pronunciamento na Universidade de Harvard, no qual objetivava sensibilizar a sociedade americana sobre a gravidade da situação social na Europa e em especial convencer os parlamentares americanos a liberarem os recursos necessários para a constituição do fundo que deu origem ao plano que recebeu seu próprio nome: “a verdade é que as necessidades européias de alimentos e

outros produtos importados - especialmente da América - para os próximos três ou quatro anos são muito maiores do que sua presente capacidade de pagamento, de tal forma que a Europa tem que contar com uma ajuda adicional substancial, sob pena de enfrentar deterioração política, social e econômica de graves proporções” (p.2). Mais adiante, no mesmo pronunciamento, o general Marshall deixa ainda mais claros os interesses políticos e estratégicos que animavam o plano que ele propunha: “(...) é lógico que os EUA deveriam fazer tudo o que estiver a seu alcance para recuperar a saúde econômica do mundo, sem a qual não poderia haver estabilidade política e não se poderia assegurar a paz.(...) O propósito da atuação americana deveria ser a retomada do funcionamento das economias nacionais, de modo a permitir a emergência de condições políticas e sociais sob as quais as instituições livres (sic) podem existir.(...). Ademais, governos, partidos políticos ou grupos que procurem perpetuar a miséria humana com o intuito de dela aproveitar-se politicamente ou de outra forma qualquer encontrarão a oposição dos EUA.” (p.2/3). Por estas palavras, fica claro que a preocupação central das autoridades americanas era evitar que a crise social e econômica pudesse fortalecer os partidos políticos de ideal socialista ou comunista, que pudessem obstaculizar a existência de “instituições livres”, ou seja, que pudessem tentar implementar um modelo econômico não-condizente com o “livre mercado” (conforme era o caso do modelo soviético - maior inimigo dos americanos sob a vigência da Guerra Fria). Fica muito evidente que a implementação do Plano Marshall não se resumia ao atendimento

(21) A escassez de reservas internacionais, gerada pela indefinição da transição do imediato pós-guerra, levou vários países a manterem práticas de bilateralismo (semelhantes às dos anos 30) no comércio internacional. Essas práticas eram constituídas de medidas e quotas de importação e de exportação definidas entre países parceiros como defesa desesperada contra aquela conjuntura de baixa liquidez monetária.

(22) Hobsbawm (1995) lembra que “a taxa de crescimento da URSS na década de 1950 foi mais veloz que a de qualquer país ocidental.” (p. 255)

(23) Segundo Glyn et alli (1990), a transferência de recursos do Plano Marshall representou 1% do PIB americano de cada um dos anos de 1948 a 1952. Bordo (1994) estima em US\$ 13 bilhões o total de recursos do Plano Marshall, somadas as transferências e os empréstimos.

(24) Cf. Marshall Plan Speech (ver bibliografia). O pronunciamento do General Marshall ocorreu no dia 05 de junho de 1947, na Universidade de Harvard.

dos interesses econômicos de empresas americanas que poderiam lucrar (e de fato lucraram) como o fornecimento de matérias-primas e máquinas para a reconstrução européia. A implementação do Plano Marshall simbolizou, na verdade, mais do que isso. Representou a consolidação da liderança benigna exercida pelos EUA no cenário internacional, ou seja, representou o fato de que a liderança dos EUA foi exercida de tal forma que seus parceiros de Guerra Fria pudessem usufruir de vantagens materiais. A liderança americana representou, portanto, uma verdadeira hegemonia no sentido gramsciano, uma vez que operou de forma consentida pelos liderados (no caso, os países europeus que tinham interesse na proteção militar dos americanos no cenário da Guerra Fria). Internamente, houve uma conjugação de interesses das diversas classes sociais dos países europeus, que puderam ter ganhos de renda (e de bem-estar social) e patrimoniais significativos durante o longo período de prosperidade econômica.

O Plano Marshall, lançado em julho de 1948, reverteu a situação deficitária em que se encontravam os balanços de pagamentos dos países europeus no imediato pós-guerra e gerou recursos para que eles pudessem superar sua carência em bens de capital, alimentos e matérias-primas através de importações junto aos EUA (Van der Wee, 1987; Block, 1977). A ajuda representada pelo Plano assumiu um papel, com relação à geração de demanda efetiva, que

as autoridades que negociaram os acordos de Bretton Woods não quiseram, na prática, conceder ao FMI, cujo aporte de recursos acabou sendo bastante inferior ao sugerido por Keynes²⁵.

O Plano Marshall representou, portanto, uma extraordinária injeção de liquidez nos países europeus ocidentais, que, impulsionada pelas desvalorizações das moedas nacionais desses países em relação ao dólar, em 1949, estimulou uma intensa recuperação da produção, da renda e do emprego²⁶. O Plano teve papel decisivo para a retomada dos negócios no imediato pós-guerra, enquanto a institucionalidade criada em Bretton Woods não havia ainda se mostrado funcional para o desenvolvimento econômico dos países capitalistas ocidentais²⁷. A adoção do Plano Marshall reverteu as incertezas cambiais do imediato pós-guerra e as dificuldades que elas colocavam para a retomada do comércio internacional²⁸. Nas palavras de Van der Wee (1987):

“O caos rapidamente convenceu o governo americano de que o Plano Marshall não permitiria que seu objetivo multilateral fosse atingido sem que ocorresse um realinhamento generalizado das moedas, o qual corrigiria o dólar e o franco suíço desvalorizados em relação à libra esterlina e eliminaria o desalinhamento entre o dólar e as demais moedas.” (p.42)

(25) Curiosamente, o aporte de recursos do Plano Marshall acabou cobrindo a diferença entre a quantidade efetivamente destinada à constituição do FMI e aquela que havia sido sugerida por Keynes em B. Woods. Bordo (1994) alerta para esse ponto na seguinte passagem: “Se o plano original de Keynes (da Clearing Union) tivesse sido adotado em Bretton Woods, a diferença entre os recursos então propostos (por Keynes) de 26 bilhões de dólares e a dotação original do fundo de 8,8 bilhões de dólares seria quase igualada aos 13 bilhões de dólares fornecidos pelo Plano Marshall.” (p.45)

(26) O acentuado crescimento econômico dos países europeus nesses anos e ao longo dos anos 60 foi bastante superior ao dos EUA no mesmo período.

(27) Os mecanismos estabelecidos em Bretton Woods levaram algum tempo para funcionarem plenamente de acordo com as regras que tinham sido fixadas. Segundo Bordo (1994), isso somente aconteceu a partir de dezembro de 1958, quando todos os países membros se esforçaram para efetivamente manter suas respectivas moedas dentro dos limites de 1% da paridade com o dólar.

(28) A mudança na conjuntura estimularia a dinamização do comércio mundial, favorecendo enormemente a economia americana, que tinha o monopólio da produção de algumas matérias-primas essenciais para a recuperação industrial européia. É interessante ressaltar que apesar dos esforços em favor da retomada do comércio internacional, empreendido pela maioria dos governos europeus, eram ainda bastante frequentes os acordos bilaterais de comércio. Block (1977) destaca que, em 1947, 61% do comércio da Europa Ocidental ainda era realizado na forma de comércio bilateral.

As desvalorizações das moedas européias (em relação ao dólar), realizadas em 1949²⁹, representaram um novo impulso às economias do Velho Continente e foram acordadas com os americanos como uma forma de multiplicar os efeitos macroeconômicos detonados pela adoção do Plano Marshall (Moffitt, 1990). Uma outra alternativa teria sido aumentar o período de vigência do plano de reconstrução européia, mas diante das dificuldades políticas em que certamente se incorreria para ver uma medida de prorrogação do período de vigência do Plano ser aprovada no Congresso americano, as desvalorizações das moedas européias, concentradas em período de tempo de apenas poucos meses³⁰, surgiram como uma alternativa para impulsionar o processo de reconstrução econômica desses países. Os americanos aceitaram as desvalorizações das moedas européias, pois temiam que, com o final da ajuda estabelecida pelo Plano Marshall, os problemas enfrentados em 1946/7 voltassem a ocorrer. O nível de produção já atingido em 1949³¹, na Europa, permitia supor (como de fato acabaria ocorrendo) que uma desvalorização em série das moedas européias teria um efeito benéfico para expandir a produção, as exportações e melhorar consideravelmente as posições dos balanços de pagamentos dos países. Dessa maneira, consolidar-se-iam as condições favoráveis para a multilateralização do comércio (Block, 1977).

A reconstrução promovida pelos recursos transferidos pelo Plano Marshall (e acelerada pela rodada de desvalorizações cambiais de 1949) baseou-se fundamentalmente na recuperação dos mercados internos dos países³², embora tenha sido bastante considerável a expansão do comércio internacional nesse período. Ademais, a injeção de liquidez no continente europeu foi primordial para que as empresas norte-americanas expandissem suas filiais em direção a esses países, usufruindo da expansão dos respectivos mercados de consumo.

A guerra gerou uma elevada demanda reprimida por bens de consumo nos países europeus (e no Japão), a qual pôde ter vazão com a recuperação da capacidade de investimento da indústria e pela conversão das indústrias produtoras de materiais bélicos em produtoras de bens de consumo duráveis, criando um padrão de consumo que, até meados da década de 1950, só era encontrado nos EUA. Para que isso fosse viabilizado, foi fundamental a expansão da liquidez, do crédito e a recuperação da confiança dos investidores, não somente dos europeus, mas também dos americanos. Os investimentos privados provenientes dos EUA foram fundamentais para recuperar o balanço de pagamentos dos países europeus e também para permitir uma reconstrução relativamente rápida de suas economias. A intensidade da reconstrução pode ser resumida pelos dados da tabela 1.1, que mostra que, no final dos anos 40

⁽²⁹⁾ Teixeira (1977) lembra que essas desvalorizações não só não estavam presentes no receituário do FMI, como também representavam "sua própria negação". Isso mostra como o contexto político definido pela Guerra Fria, aliado às dificuldades para iniciar a reconstrução, estimularam a negociação *ad hoc*, entre os países europeus e os EUA, de medidas que muitas vezes não encontravam guarida nas decisões monetárias que tinham sido tomadas durante as negociações do Acordo de Bretton Woods.

⁽³⁰⁾ A primeira a se desvalorizar foi a libra, que perdeu 30% de seu valor em relação ao dólar.

⁽³¹⁾ Uma eventual rodada de desvalorizações, se tivesse sido realizada em anos anteriores (1946 ou 1947, por exemplo), quando o nível de atividade econômica ainda não tinha sido retomado, teria apenas provocado piora na qualidade de vida das pessoas (por causa do encarecimento dos produtos importados, que ainda representavam uma elevada proporção do abastecimento dos produtos básicos comprados pela população dos países devastados) e elevação da inflação.

⁽³²⁾ Segundo Glyn et alli (1990): "O crescimento era baseado principalmente no mercado doméstico. Embora o comércio internacional crescesse rapidamente, deve-se lembrar que partiu de uma base relativamente reduzida, de tal forma que, tomando-se os países individualmente (exceto no caso dos muito pequenos), o mercado doméstico dominava o crescimento da demanda. Além disso, uma crescente proporção do comércio internacional ocorria entre os países avançados. Portanto, foi o mercado interno dos países avançados, no agregado, que proveu a demanda necessária para justificar o investimento." (p.48).

ou, em alguns casos, no início dos anos 50, os principais países europeus já haviam atingido

pelo menos um PIB igual ao mais alto patamar atingido no pré-II guerra.

Tabela 1.1. Evolução do PIB no período da reconstrução pós-II guerra mundial EUA e países europeus selecionados.

PAÍSES	Ano do pré-guerra em que o PIB era o mesmo que em 1945 (1)	Ano em que o PIB atingiu o nível mais alto do pré-guerra (2)	Taxa média anual de Crescimento do PIB durante a reconstrução (1945 até ano da coluna 2)
Alemanha	1908(**)	1951	13.5
França	1891	1949	19.0
Itália	1909	1950	11.2
Inglaterra	nunca		
Estados Unidos	nunca		
Bélgica (*)	1924	1948	6.0
Holanda	1912	1947	39.8

Fonet: Crafts e Toniolo (org.) (1006). (p.4)
 (*) interpolações
 (**) relativo a 1946

A partir de então, estavam postas as condições para que as economias capitalistas da Europa Ocidental adentrassem um período de prosperidade econômica³³ sem precedentes na História do capitalismo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colocação em prática das mudanças institucionais definidas em Bretton Woods e a implementação do Plano Marshall deram início a um período de inaudita prosperidade econômica nos países capitalistas centrais, especialmente os europeus. Esta excepcionalidade histórica dos Anos Dourados será tema de um outro artigo escrito por este autor, que se candidatará à publicação no próximo número desta revista. Por ora, é importante ressaltar que os Anos Dourados transcorreram sob a hegemonia do pensamento keynesiano, no âmbito das políticas

macroeconômicas nacionais, e sob a liderança internacional, exercida de forma benigna até o início dos anos 70, pelos Estados Unidos. Os interesses políticos definidos pela Guerra Fria incentivaram os americanos a aceitarem, muitas vezes, abrir mão de alguns de seus interesses mais imediatos em favor do estabelecimento de condições propícias a um crescimento econômico acelerado nos países europeus. O controle dos movimentos internacionais de capitais financeiros de curto prazo, que contrariava os interesses dos banqueiros estabelecidos em Wall Street, e algumas medidas protecionistas adotadas pelos europeus no comércio de mercadorias, o que contrariava os interesses de algumas empresas exportadoras americanas, estavam entre as medidas aceitas pelas autoridades americanas durante os Anos Dourados. Desta maneira, os Estados Nacionais europeus poderiam atuar em favor de políticas de pleno emprego sem se submeterem às restrições e “ameaças”

⁽³³⁾ Esses condicionantes serão discutidos em próximo artigo a ser escrito para esta revista acadêmica.

representadas pela fuga de capitais³⁴; além disso, permitindo discriminação contra seus próprios produtos, as autoridades americanas procuraram compelir algumas das grandes corporações americanas interessadas em ampliar os mercados para seus produtos a inaugurarem filiais em solo europeu (dado que as exportações encontravam obstáculos), colaborando para a ampliação da produção e do emprego no Velho Continente³⁵.

Os Anos Dourados foram marcados portanto pela atuação dos Estados Nacionais em favor do pleno emprego. As condições estabelecidas pela institucionalidade de Bretton Woods permitiram que os países pudessem adotar políticas macroeconômicas expansionistas, multiplicando a oferta de crédito para o setor privado e ampliando os investimentos públicos, quer fosse nas obras de reconstrução da infra-estrutura, quer fosse na consolidação dos sistemas nacionais de Welfare State. O crescimento econômico baseou-se notadamente nos respectivos mercados internos dos países e o ciclo virtuoso definido pela conjugação de investimentos públicos e privados pôde ser associado a um outro ciclo virtuoso, marcado pela convivência de altos ganhos de produtividade da atividade econômica e expressivos aumentos dos salários reais dos trabalhadores, conforme já ressaltamos em outra oportunidade (Mattos, 1997b e 1998a).

A atuação dos Estados Nacionais também foi decisiva na elaboração de políticas tributárias progressivas, dando impulso adicional para a melhoria dos perfis distributivos nas sociedades européias. No plano político, o “pacto social-democrata” contou com participação decisiva dos trabalhadores, representados pelos seus sindicatos, que puderam negociar importantes conquistas sociais, que não se resumiram apenas aos ganhos salariais reais³⁶.

Quando a ordem internacional definida em Bretton Woods começou a mostrar suas contradições e os EUA passaram a abandonar sua atuação benigna no cenário internacional, começaram a ser corroídas as bases de funcionamento do “pacto social-democrata” e a relação virtuosa entre os ganhos de produtividade e os aumentos dos salários reais. Este foi o momento a partir do qual começou a se deteriorar a conjugação de interesses entre segmentos do capital produtivo e as classes médias e os trabalhadores da Europa Ocidental que haviam sido contemplados sob a hegemonia do keynesianismo. A reação dos financistas e de certos segmentos das empresas transnacionais e, fundamentalmente, a decisão americana de adotar a “política do dólar forte” e reordenar a economia internacional de acordo com seus interesses imperiais (Teixeira, 2000; Belluzzo, 1995), inauguraram uma nova formatação do padrão de acumulação capitalista, cada vez

⁽³⁴⁾ No terceiro artigo que pretendemos escrever para a série de artigos iniciada por este, pretendemos mostrar que a existência de controles de capitais permitia aos países capitalistas europeus elaborarem políticas monetária e cambial relativamente independentes da adotada pela Nação mais poderosa (EUA). Cf. Crotty (1983) e Crotty e Epstein (1996). Ver também Helleiner (1994), que retrata a “ordem internacional restritiva de Bretton Woods”, a qual, ao impor restrições aos movimentos de capitais financeiros, favorecia a elaboração de políticas macroeconômicas expansionistas por parte dos principais países capitalistas.

⁽³⁴⁾ No terceiro artigo que pretendemos escrever para a série de artigos iniciada por este, pretendemos mostrar que a existência de controles de capitais permitia aos países capitalistas europeus elaborarem políticas monetária e cambial relativamente independentes da adotada pela Nação mais poderosa (EUA). Cf. Crotty (1983) e Crotty e Epstein (1996). Ver também Helleiner (1994), que retrata a “ordem internacional restritiva de Bretton Woods”, a qual, ao impor restrições aos movimentos de capitais financeiros, favorecia a elaboração de políticas macroeconômicas expansionistas por parte dos principais países capitalistas.

⁽³⁵⁾ Em poucas palavras, a idéia geral de defesa do livre-comércio, embora hegemônica e cara aos interesses de expressivos grupos econômicos americanos e mesmo europeus, não se sobrepunha aos interesses estratégicos mais importantes do Estado-nação mais poderoso, delineados segundo os parâmetros definidos pela disputa política e ideológica da Guerra Fria.

⁽³⁶⁾ A redução da jornada de trabalho e os bens e serviços públicos reunidos sob a cobertura dos Estados de Bem-estar social (Welfare State) fazem parte das conquistas obtidas pelos trabalhadores no período. Cf. Mattos (2001).

mais “internacionalizado” e “financeirizado” (Chesnais, 1996). Mas este é tema para um terceiro ensaio de uma série que está sendo inaugurada com este ensaio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOCELLA, N. (org.). (1999). **Globalizzazione e Stato Sociale**. Bologna.: Il Mulino.
- AGLIETTA, M. (1995). O Sistema Monetário Internacional: em busca de novos princípios. **Economia e Sociedade**, Campinas (SP), n.4, p. 127-150.
- ARMSTRONG, P., GLYN, A., HARRISON, J. (1984). **Capitalism since World War II: the making and break up of the great boom**. London:Fontana Paperback.
- ANGELI, J.M. (1998). A “nova ordem mundial” e a hegemonia americana: dominação coercitiva e consensual ou exploração?. **Cultura Vozes**, Petrópolis (RJ), n.3, p. 3-20.
- BELLUZZO, L.G. M. (1984). A desestruturação da ordem econômica mundial. In: _____ . **O Senhor e o Unicórnio - A economia dos anos 80**. São Paulo: Ed. Brasiliense, p. 42-52.
- _____. (1995). O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. **Economia e Sociedade**, Campinas (SP), n.4 , p. 11-20.
- BERGSTEN, C.F. (1997). The Dollar and the Euro. **Foreign Affairs**, v. 76, n. 4. July/August.
- BLEANEY, M. (1985). **The Rise and Fall of Keynesian Economics**. London: Macmillan.
- BLOCK, F. (1977). **Les origenes del desorden económico internacional**. México: Fondo de Cultura Económica.
- BLOCK, F. (1996). Controlling Global Finance. **World Policy Journal**. Fall.
- BORDO, M.D. (1994). The Bretton Woods International Monetary System: a Historical Overview, in: BORDO, M.D. E EICHENGREEN, B. (org.). (1994). **A Retrospective on the Bretton Woods System**. Chicago: The University of Chicago Press.
- BURNS, A.F. (1987). The Anguish of the Central Banking. In: CIOCCA, P. (editor) (1987). **Money and the Economy: Central Bankers' Views**. Macmillan Press. Tradução permitida pela editora Il Mulino.
- CARDOSO DE MELLO, J.M. (1997). A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição latino-americana: Prólogo em homenagem a Celso Furtado. In: TAVARES, M.C. e FIORI, J.L (org.) (1997). **Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis (RJ): Vozes.
- CHESNAIS, F. (1996). **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Ed. Xamã.
- CIOCCA, P. (editor) (1987). **Money and the Economy: Central Bankers' Views**. Macmillan Press. Tradução permitida pela editora Il Mulino.
- COHEN, B. (1977). **Organizing the World's Money: the political economy of international monetary relations**. New York: Basic.
- COUTINHO, L. e BELLUZZO, L.G.M. (1984). O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial do pós-guerra. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n.23.
- CRAFTS, N. e TONIOLO, G. (ed.) (1996). **Economic Growth in Europe since 1945**. Cambridge, Cambridge University Press.
- CROTTY, J. (1983). On Keynes and Capital Flight. **Journal of Economic Literature**. Vol. XXI. March.
- CROTTY, J. e EPSTEIN, G. (1996). In Defense of Capital Controls. **Socialist Register**. London: The Merlin Press.
- EICHENGREEN, B. (1995). História e Reforma do Sistema Monetário Internacional. **Economia e Sociedade**. Campinas (SP), n. 4, p.53-78.

- EICHENGREEN, B. (1996). **Globalizing Capital - A history of the international monetary system**. Princeton University Press.
- EPSTEIN, G. e SCHOR, J.B. (1990). **Macropolicy in the Rise and Fall of the Golden Age**. In: MARGLIN, S. e SCHOR, J. (1990). **The Golden Age of Capitalism**. Oxford: Clarendon Press.
- FAUGÉRE, J.P. e VOISIN, C. (1993). **Le Système Financier et Monétaire International: crises e mutations**. Paris: Ed. Nathan.
- FIÚZA DE MELLO, A. (1998). Crise mundial, reestruturação produtiva e reforma do Estado: os dilemas da globalização e os desafios da conjuntura política (algumas reflexões em vésperas de eleição). **Cultura Vozes**, Petrópolis (RJ), Ed. Vozes, n. 6.
- FORREIGN AFFAIRS (1997). **Cinquenta anos de Bretton Woods**. São Paulo, Gazeta Mercantil.
- GLYN, A., HUGHES, A., LIPIETZ, A. and SINGH, A. (1990). **The Rise and Fall of the Golden Age**. In: MARGLIN, S. e SCHOR, J. (1990). **The Golden Age of Capitalism**. Oxford: Clarendon Press.
- GONÇALVES, R., BAUMANN, R., PRADO, L.C.D. e CANUTO, O. (1998). **A Nova Economia Internacional - uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- HABERMAS, J. (1987). A Nova Intransparência: a crise do Estado de Bem-Estar Social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, n. 18.
- HALIMI, S. (1998). Le naufrage des dogmes libéraux. In: **Le Monde Diplomatique**. Paris. Octobre.
- HALL, P. (ed.) (1989). **The Political Power of Economic Ideas: keynesianism across Nations**. Princeton University Press.
- HELLEINER, E. (1994). **States and the Reemergence of Global Finance: from Bretton Woods to the 1990s**. Cornell University Press.
- HOBSBAWM, E. (1995). **Era dos Extremos - o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOLLAND, S. (1995). Remodelando Bretton Woods: respostas em nível regional e internacional. **Revista Política Externa**, v.4, n. 3, dezembro/1995.
- KAPSTEIN, E. (1996). **Governing the Global Economy: international finance and the state**. Harvard University Press.
- KAPSTEIN, E. (1999). **Governare la ricchezza: il lavoro nell'economia globale**. Roma: Carocci Editore.
- KEYNES, J.M. (1936). **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. (Série Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural. Edição de 1988.
- _____. (CW). **The collected writings of John Maynard Keynes**. Editado por Donald Moggridge. Cambridge, Cambridge University Press.
- MARGLIN, S. (1990). **Lessons of the Golden Age: an overview**. In: MARGLIN, S. e SCHOR, J. (1990). **The Golden Age of Capitalism**. Oxford: Clarendon Press.
- MARGLIN, S. e SCHOR, J. (1990). **The Golden Age of Capitalism**. Oxford: Clarendon Press.
- MARSHALL PLAN SPEECH (OECD online). Ver o seguinte sítio da internet: www.oecd.org/about/marshall/speech.htm
- MATTOS, F. A. M. (1997a). Globalização, Estado Nacional e a volta do pensamento liberal. **Cadernos da FACECA (11)**, vol. 6, no.2 (jul./dez.).
- _____. (1997b). Lições do Capitalismo Organizado: o mercado de trabalho do pós-guerra nos países capitalistas centrais. **Revista Ensaios FEE (Fundação Economia e Estatística)**, número 1, vol.18, Porto Alegre (RS).
- _____. (1998a). Capitalismo Organizado e Capitalismo Desorganizado: o desafio da criação de empregos. **Cadernos do CESIT**, nº 27. Instituto de Economia da UNICAMP. Fev.
- _____. (1998b). Retrospectiva histórica do processo de globalização financeira.

- Cultura Vozes**, número 1, volume 92, ano 92. Petrópolis (RJ).
- _____. (2001). **Transformações nos mercados de trabalho dos países capitalistas desenvolvidos a partir da retomada da hegemonia americana**. Campinas: UNICAMP. IE. (Tese de Doutorado).
- MIKESELL, R. (1994). **The Bretton Woods Debates: a memoir**. Essays in International Finance. Princeton University.
- MOFFITT, M. (1984). **O Dinheiro do Mundo - de Bretton Woods à beira da insolvência**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- PARBONI, R. (1980). **The Dollar and its Rivals**. Londres: New Left Books.
- POLANYI, K. (1994). **The Great Transformation: the political and economic origins of our time**. Boston: Beacon. (reedição).
- SADER, E. (org.) (1995). **O mundo depois da queda**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SCANDIUCIFILHO, J.G. (2000). **Hegemonia, Estados e Mercado nos arranjos de Bretton Woods**. Campinas: UNICAMP. IE. (Tese de Doutorado).
- TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. (1993). **(Des)ajuste Global e Modernização Conservadora**. São Paulo: Paz e Terra.
- TEIXEIRA, A. (1983). **O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra**. Rio de Janeiro, IEI, UFRJ. (Texto para Discussão n. 25).
- TRIFFIN, R. (1960). **Gold and the Dollar Crisis: the Future of Convertibility**. New Heaven, Conn.: Yale University Press.
- TRIFFIN, R. (1964). **A evolução do sistema monetário internacional: reavaliação histórica e perspectivas futuras**. (traduzido de Princeton Studies in International Finance, 1964).
- VAN DER WEE, H. (1987). **Prosperity and Upheaval - The World Economy 1945-1980**. London: Pelikan Books.